



## PÚLPITO DE PAPEL: ARGUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA EM GOIÁS CONTRA A SECULARIZAÇÃO NAS PÁGINAS DE "A CRUZ" (1890-1891)

Renata Castilho Manzano Reis<sup>1</sup>

**Resumo:** No Brasil colonial e imperial, o catolicismo era a religião oficial e, portanto, ocupava um lugar privilegiado no espaço público. Com o advento da República, esse cenário mudou radicalmente. Já em 1890, o Decreto nº 119-A estabeleceu a separação entre Igreja e Estado, inaugurando um novo regime de relações institucionais. Este período foi marcado por tensões e disputas simbólicas, pois era preciso redefinir o papel da religião nessa nova sociedade, pretendida republicana e moderna. Nesse contexto, surgiram iniciativas de resistência para reafirmar a centralidade da Igreja Católica. Dentre elas, citamos *A Cruz*, *Revista Catholica de Goyaz*, periódico que circulou entre fevereiro de 1890 e fevereiro de 1891 na cidade de Goiás. Esta publicação servirá como fonte para investigarmos as estratégias discursivas e pastorais dos frades dominicanos, seus idealizadores, de modo a compreender: as intencionalidades de sua produção; como as posições defendidas dialogavam com a reorganização da Igreja segundo as diretrizes romanas e ultramontanas; e por fim, como eles se valeram de uma ferramenta moderna (a mídia impressa) para disseminar e ampliar os ideais católicos conservadores.

**Palavras-chave:** Catolicismo. Modernidade. Imprensa. A Cruz. Goiás.

### Introdução

No final do século XIX, com a Proclamação da República, o Brasil passou por mudanças importantes enquanto se consolidava como uma nação. E para as elites que conduziram essa transição, abandonar o Império significava abrir caminho para o progresso, influenciadas pela onda de ideias positivistas e pelo desejo de modernização à imagem das repúblicas europeias e dos Estados Unidos. Acreditava-se que a nova forma de governo traria ordem, desenvolvimento econômico e estabilidade política, superando o que consideravam um atraso monárquico.

Nessa visão, como bem sintetiza Neves (2014, p.15), “os avanços da modernidade tornaram a ordem imperial insustentável. As pequenas concessões que, aos poucos e forçosamente, se fizeram aumentaram ainda mais o fosso que separava a modernidade do regime imperial”. O conceito de modernidade é aqui entendido, de forma simplificada, como o período histórico decorrente das transformações aceleradas impulsionadas pela

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS-UEG). Especialista em Literatura Brasileira pela Faculdade Unyleya. Graduada em Jornalismo pela USJT – São Paulo-SP. E-mail: renata.manzano@gmail.com



ciência e pela tecnologia (Berger, 2017), o que levou ao distanciamento progressivo entre as expectativas de futuro e as experiências com o passado (Koselleck, 2012). Por consequência, tal modernidade, uma vez implementada no Brasil, deveria, portanto, materializar-se em novas instituições políticas e sociais.

Foi nesse contexto que a construção de um Estado laico emergiu como um dos pilares centrais do novo regime, simbolizando a ruptura com a tradição imperial. Sob a monarquia, o catolicismo gozava do status de religião oficial, entrelaçando-se às estruturas de poder. A República, em contraste, buscou redefinir radicalmente essa relação. A promulgação do Decreto nº 119-A, em 7 de janeiro de 1890, que estabeleceu oficialmente a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de culto e o fim do padroado, foi muito mais do que um ajuste jurídico do governo republicano; foi um ato de caráter simbólico, destinado a secularizar as bases da esfera pública, ou seja subtraí-las da dominação das instituições e símbolos religiosos, em função de uma valorização da racionalidade (Berger, 1985).

Contudo, essa imposição legal não apagou de imediato as profundas marcas da cultura católica na sociedade. Pelo contrário, o decreto inaugurou um longo período de tensão e de negociação que perdura até os dias atuais. Ao destituir a Igreja Católica de seu privilégio institucional, o Estado republicano desencadeou um debate passionante sobre o lugar legítimo da religião na nova ordem. A questão central que se colocava, então, era saber se a nação em formação conseguiria conciliar seu projeto secular de modernidade com as tradições e a influência moral de uma fé historicamente enraizada em seu tecido social.

É nesse cenário de disputas simbólicas que emerge o objeto deste estudo: “A Cruz, Revista Catholica de Goyaz”, periódico que circulou entre fevereiro de 1890 e fevereiro de 1891 na cidade de Goiás. Fundada por frades dominicanos de origem francesa, com destaque para Frei Gil Vilanova, a publicação surgiu como resposta direta às políticas secularizantes do novo governo. Mais do que um simples jornal religioso, “A Cruz” representava uma estratégia discursiva e pastoral deliberada: valer-se de uma ferramenta moderna, a imprensa periódica, para defender e difundir valores católicos conservadores.

A escolha do jornal como fonte e objeto de análise não é casual. Como aponta José D'Assunção Barros (2023), o periódico deve ser entendido não apenas como veículo de informação, mas como agente histórico ativo, capaz de interferir no curso dos



acontecimentos ao mesmo tempo em que é produto deles. Aplicar essa lente crítica às páginas de “A Cruz” permite revelar as intencionalidades que ali se encontram, às vezes disfarçadas, outras vezes explícitas, e compreender como os editores construíam sua argumentação em diálogo com a reorganização ultramontana da Igreja Católica sob as diretrizes de Roma.

Assim, este artigo busca investigar as estratégias discursivas e pastorais presentes em “A Cruz”, procurando responder a três questões centrais: quais eram as intencionalidades que orientavam a produção do periódico? De que forma as posições ali defendidas dialogavam com o projeto de reforma ultramontana da Igreja? E como seus editores se valeram da imprensa, um símbolo da própria modernidade que combatiam, para ampliar o alcance do ideário católico conservador em uma sociedade em transformação?

#### A Cruz, Revista Catholica de Goyaz

Menos de um mês após a publicação do decreto que instituiu a separação entre Igreja e Estado, uma modesta publicação intitulada “A Cruz, Revista Catholica” entrou em circulação na cidade de Goiás. A primeira coisa que se nota é a agilidade com que essa reação da Igreja Católica se organizou; a segunda, sua voz crítica e ativa, como se pode observar neste artigo publicado em sua primeira edição, de 1º de fevereiro de 1890:

Todas as coisas pertencem á Deos, todas tambem pertencem a Christo. Eis porque, para nós catholicos, esta é a única legislação razoável e justa que reconhecendo os direitos de Jesus Christo sobre as sociedades, o faz reinar na vida publica, como na vida privada, na lei e na constituição, como no santuario da consciência. Não era para esperar que os homens illustrados que nos governam, dobrassem sua altiva razão perante a autoridade d´um dogma de fé, mas tínhamos a confiança que seu criterio politico e sua elevada intelligência os levariam a conhecer que a questão religiosa a mais importante, a mais vital, a mais temerosa de todas as questões não podia ser dirimida por via do decreto. O principio da religião do Estado merecia ao menos as honras d´uma discussão livre e publica (A Cruz, 1890, n.1, p.2).

Podemos observar que, em seu posicionamento, o jornal “A Cruz” apresenta um argumento que une teologia e política para criticar o laicismo republicano. Sua base é a afirmação de que Deus e Cristo possuem soberania absoluta sobre toda a criação, o que,



para os redatores, não se restringe à esfera privada, mas deve estender-se à ordem pública. Dessa premissa, os editores extraem a conclusão de que a única legislação verdadeiramente justa é aquela que formalmente reconhece e institui o reinado de Cristo (representado, neste mundo, pela Igreja) na sociedade, abrangendo desde as leis e a constituição até a vida cotidiana.

O periódico, porém, não se limita a uma defesa doutrinária. Ele busca um diálogo estratégico com as elites governantes, apelando à sua “inteligência” e “critério político”. O argumento central é que a “questão religiosa” é demasiado vital e complexa para ser resolvida por um mero decreto, como foi o Decreto 119-A. Ao reivindicar as “honras d’uma discussão livre e pública” sobre o princípio da religião do Estado, “A Cruz” tenta reposicionar o debate: não se trata de impor um dogma de fé aos incrédulos, mas de reconhecer, pela razão política, que a religião católica é o único alicerce seguro para a coesão social e a legitimidade do poder. Assim, o jornal constrói uma crítica sofisticada ao laicismo, acusando-o de ser um ato arbitrário e superficial que ignora a dimensão espiritual fundamental da nação.

Além disso, essa dinâmica só pode ser adequadamente apreendida por uma perspectiva que, como propõe Barros (2023), pense o jornal como um conjunto de publicações que não estão isoladas, mas se sucedem conforme as edições circulam. Desta maneira, cada número ganha significado não apenas por seu conteúdo imediato, mas também por sua posição em uma série temporal, na qual as edições anteriores criam contexto e as posteriores podem trazer desdobramentos, respostas ou novas orientações.

Assim, observamos, na edição nº 3 de “A Cruz”, que os editores seguem debatendo os “projetos apresentados no Parlamento, com o objetivo de modernização do País, cuja proposta distanciava o homem do mundo, visto apenas na perspectiva da moral cristã” (Silva, 2023, p.124). Desta vez, o alvo era o Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890, que promulgou a lei sobre o casamento civil, que deixaria de ser exclusivamente um sacramento da Igreja Católica para se tornar um contrato civil e laico, regulado e reconhecido pelo Estado:

Promulgou-se o decreto do casamento civil para desengano de quantos queriam acreditar nas tendencias liberaes do governo, para magoa dos corações catholicos, e para o abalo da constituição da família. (...) Em nome sem duvida, da separação da Egreja o do Estado, do poder espiritual e do poder temporal, eis um governo temporal, que arbitrariamente dirime uma questão a todas as



luzes espiritual e religiosa. Em nome sem duvida, da decantada liberdade de cultos, eis o poder civil que fere a consciência catholica em suas tradições e em suas crenças. Em nome sem duvida do principio republicano, que a lei exprime a vontade da maioria; eis um decreto que posterga a vontade da quasi totalidade da nação brasileira. (...) A revolução brasileira se parece com todas as outras. Grita-se liberdade, egualdade, fraternidade, mas do banquete da liberdade, da egualdade e da fraternidade os catholicos estão excluídos. Deschristianizar o Brazil, eis o alvo evidente da revolução (A Cruz, 1890 n.2, p.18).

Com uma atuação que ultrapassa a simples defesa dos interesses da Igreja, o jornal “A Cruz” assume também um papel ativo no campo político, e essa disposição fica evidente na edição de 10 de julho de 1890, na qual os editores não apenas reafirmam seu posicionamento contundente contra as leis e decretos da nascente República que promoviam a laicidade do Estado, como também anunciam seu engajamento direto na organização do Partido Católico. O periódico alerta para os riscos de um cenário em que os incautos se iludam, os desidiosos se mantenham inertes e os dedicados se desorientem no momento do pleito eleitoral, cujo desfecho no parlamento poderia consumir a "deschristianisação da patria" e autorizar a expoliação dos bens religiosos. Diante dessa ameaça, a conclusão é categórica: "Eis porque se organisa o Partido Cathólico" (A Cruz, 1890 n.16, p.124).

Nesse sentido, conforme destacam Silva e Carvalho (2019), o movimento da “boa imprensa católica” integrava uma estratégia intencional. Para manter sua visibilidade social e o monopólio sobre o capital religioso, a Igreja atuou diretamente na sociedade civil por meio da imprensa periódica. A proliferação de jornais católicos na virada do século tinha como objetivo moldar a opinião pública, “com a finalidade de aproximar suas certezas político-religiosas das da sociedade a buscar persuadir. Ao partir dessa lógica, ela passou a empreender sofisticadas estratégias que envolveram ordens da sua cultura e da sua política religiosas” (Campos, 2025, p.203).

## **O Jornal e a Modernidade**

Quando falamos em modernidade, é impossível não pensar nos jornais e na relação íntima que têm com esse processo. Desde os primeiros passos da sociedade rumo à Revolução Industrial até à nossa realidade amplamente digitalizada, este veículo



mostra-se como um elemento inseparável do mundo moderno. Da mesma forma, podemos afirmar que o jornal guarda uma estreita ligação com a própria história. Como aponta José D'Assunção Barros (2023), ele vai além da sua função declarada de informar e de seu compromisso com a verdade. Antes, ele deve ser entendido também como um agente capaz de interferir no curso da história, ao mesmo tempo em que é produto dela.

Essa perspectiva é fundamental para compreendermos o papel dos jornais católicos, como “A Cruz”, no contexto da Primeira República. Eles não foram meros transmissores de notícias ou de doutrina, mas atores históricos ativos. Ao analisá-los com o olhar crítico que Barros propõe, entendemos que sua verdadeira missão ia muito além do âmbito religioso, uma vez que eram instrumentos de um projeto político e cultural que buscava negociar um lugar para a tradição católica em uma modernidade secular que ameaçava excluí-la.

No entanto, ao tratar o jornal como fonte documental, cabe ao historiador ou ao pesquisador realizar uma leitura crítica do texto jornalístico. É preciso considerar quem são seus autores, a qual público se dirige, em que contexto e época circulou, quem financiava sua publicação, entre outros fatores. Esses elementos nos permitem identificar as intenções que ali se escondem, por vezes disfarçadas, outras vezes explícitas e até mesmo escancaradas. Ainda para Barros:

Os historiadores não vão aos jornais – nem quando os examinam como fontes históricas, nem quando os leem em suas vidas contemporâneas – somente em busca de informações. Eles buscam também nos jornais os discursos que devem ser decifrados, desvendados em seus lugares de produção, percebidos no que concerne às demandas sociais que os tornaram possíveis. Para um historiador, um jornal é um caminho para compreender os pontos de vista, interesses, visões de mundo, pressões e contrapressões que se escondem por dentro e por trás dos textos jornalísticos” (Barros, 2023, p.16).

Quando aplicamos essa lente analítica às páginas de “A Cruz”, as conclusões que surgem são multifacetadas. A defesa intransigente do catolicismo como base moral da nação, por exemplo, revela muito mais do que um conservadorismo religioso reservado a uma pequena povoação do interior do país. Essa postura refletia e reforçava a posição da Igreja Católica no Brasil, que adotava uma linha marcada pela forte centralização das diretrizes de Roma. Ao reafirmar sua identidade ultramontana e sua autoridade dogmática, a instituição posicionava seus representantes em rota de colisão com os



defensores do liberalismo em todas as esferas da sociedade (Silva, 2003). Esse posicionamento, portanto, não era apenas uma reação ao laicismo republicano, mas também parte de um projeto global de reafirmação do poder temporal e espiritual da Igreja. Sobre o ultramontanismo que marcou a Igreja Católica oitocentista, Ítalo Santirocchi (2010, p. 24) afirma:

O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumi-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica Quanta cura e do “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864.

O jornal “A Cruz”, contudo, operava em um cenário social muito específico. Em sua curta circulação durante o ano de 1890 e o começo de 1891, sua audiência era restrita: tratava-se de um periódico pequeno, reservado a assinantes, voltado principalmente a um público alfabetizado que, na província de Goiás daquela época, representava uma parcela limitada e seleta da sociedade. De acordo com o Recenseamento Geral de 1890 (Tabela 1) podemos verificar que nas principais paróquias da cidade de Goiás, as taxas de alfabetização eram muito baixas, situação que não mudaria nas próximas décadas (Tabela 2):

Tabela 1 - Alfabetização na cidade de Goiás em 1890

<b>Quadro Geral da População da Paróquia Sant'Anna de Goyaz</b>	
Sabem ler e escrever	1.788
Analfabetos	2.645
Total	4.433
Porcentagem de Analfabetização	59,6
<b>Quadro Geral da População da Paróquia de N.S. do Rosario de Goyaz</b>	
Sabem ler e escrever	781

Analfabetos	1.583
Total	2.374
Porcentagem de Analfabetização	66,6
<b>Quadro Geral da População da Paróquia de N.S. do Rosario da Barra (Buenolândia)</b>	
Sabem ler e escrever	218
Analfabetos	1.437
Total	1.655
Porcentagem de Analfabetização	86,8
<b>Quadro Geral da População da Paróquia de N.S. do Pilar de Ourofino</b>	
Sabem ler e escrever	172
Analfabetos	2.019
Total	2.191
Porcentagem de Analfabetização	92,1

Fonte: Diretoria Geral de Estatística da República dos Estados Unidos do Brasil

Tabela 2 – Analfabetismo no Brasil na faixa de 15 anos ou mais

Ano	Total (1)	Analfabeta (1)	Taxa de Analfabetismo
1900	6.348	9.728	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9

1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: INEP - Mapa do Analfabetismo no Brasil / Nota: (1) Em milhares

Ainda assim, a ideia de fundar um jornal em Goiás tornou-se suficientemente atraente para motivar os editores a criar seu próprio veículo. Essa decisão refletia a percepção de que era necessário um meio de comunicação direto e local para articular e difundir suas ideias em um momento de transformação política e religiosa. Nas palavras de Silveira, “é preciso considerar, porém, que foi nesses pequenos jornais, desprezados pela imprensa dos grandes centros e ‘ridicularizados pelas posições intransigentes e espiritualistas adotadas por seus redatores’, que a Igreja encontrou sua principal ‘arma de combate’”. (Silveira, 2013, p. 6). A iniciativa encontra eco na análise de frei Gallais (1942, p. 119), que observa:

Se bem que Goiás seja uma cidade pouco importante quanto ao número de habitantes, tem por si a qualidade de capital de província. Com a queda do Império e após a proclamação da República, não tardará a ser a capital de um dos Estados do Brasil. É sede de uma administração central, dispõe de um presidente, de uma câmara dos deputados, de uma hierarquia judiciária funcionando em todos os graus; tem a sua política; o partido liberal e o conservador estão conscienciosamente em guerra um com o outro; periodicamente procede-se a eleições de diversa natureza. Compreende-se assim que em Goiás haja jornais, que não possa deixar de os haver.

Voltando a examinar criticamente o jornal “A Cruz”, conforme orientado por Barros (2023), que nos convida a enxergar, nas entrelinhas, os pontos de vista que “precisam ser decifrados, interpretados, desvendados nas suas conexões com a realidade e a invenção”, devemos ainda considerar que seus editores não eram meramente religiosos locais. Eles integravam o grupo missionário da Ordem dos Pregadores, também conhecidos como Dominicanos, de origem francesa, enviados especificamente para atuar na catequese de regiões como Goiás e Mato Grosso, a convite do Bispo D. Cláudio Ponce de Leão. Além de sua vocação missionária, esses frades estavam inseridos no amplo projeto de reforma ultramontana da Igreja (Caixeta, 2017).



Apontado como o idealizador do periódico aqui analisado, o frei Gil Vilanova, apesar de recém-chegado ao Brasil (há menos de 3 anos), já se destacava por duas frentes de atuação: as missões catequizadoras entre os indígenas na região do Araguaia e o papel público de “moralizador” na cidade de Goiás, onde chegou a liderar uma “campanha contra a mancebia” (Gallais, 1942). Era uma figura que já se fazia perceber na sociedade da época.

Apesar do uso recorrente de pseudônimos na imprensa da época, a autoria intelectual do jornal pode ser atribuída a ele, conforme atestado por seu colega e biógrafo, frei Gallais (1942, p. 120):

E diga-se de passagem que em Goiás, como aliás em todos os países do mundo, a nota irreligiosa domina a imprensa. Os jornais menos maus não teem para a religião senão uma benevolência tímida e, na maior parte do tempo, inteiramente negativa. Os mais nitidamente irreligiosos não são os menos lidos. Para opôr um dique à torrente do mal, resultante da torrente dessas folhas, é que o Padre Vilanova pensou em fundar um jornal francamente ortodoxo, parecido com o jornal francês "La Croix". Adotou-lhe o mesmo título e chamou igualmente ao seu "A Cruz".

Observadas estas condições, é possível fazer os seguintes apontamentos: embora o alcance direto do jornal “A Cruz” se restringisse às elites letradas, seu conteúdo doutrinário e político estava preparado para transcender a página impressa. Os argumentos elaborados em seus editoriais podiam ser facilmente adaptados e reproduzidos nos sermões dos púlpitos, o que permitia que as ideias ali defendidas alcançassem, de forma oral e amplificada, uma audiência muito mais vasta e majoritariamente iletrada, consolidando, assim, o discurso da Igreja Católica na sociedade.

Nesse contexto, a figura de Frei Gil Vilanova, já reconhecido por seu papel como moralizador público, ganha relevância. Diante de sua atuação, cabe indagar se sua participação no periódico representava uma extensão estratégica dessa mesma missão. Ao redigir os editoriais de “A Cruz”, Vilanova e seus confrades não apenas opinavam, mas também ampliavam e difundiam, por meio da palavra impressa, o mesmo projeto evangelizador e moralizador que já praticavam nas suas missões catequizadoras, nos púlpitos e no cotidiano da comunidade.



## Considerações finais

A análise do jornal “A Cruz” mostra que a reação da Igreja Católica contra a separação entre Igreja e Estado, nos anos iniciais da República, foi mais do que uma simples oposição. Ela foi organizada e estratégica, com planos consistentes de intervenção cultural e política. O jornal revela como a Igreja soube usar a imprensa para fortalecer a identidade católica nas comunidades, participar de debates importantes no país e manter sua influência em uma sociedade cada vez mais secular.

Funcionando como um “púlpito feito de papel”, ou seja, um novo púlpito, uma extensão do púlpito tradicional, que tem alcance limitado, “A Cruz” e outras publicações religiosas da época não apenas noticiavam os fatos, mas buscavam convencer e criar uma legitimidade que só era possível através das páginas de um jornal, como bem observado no editorial do jornal “O Apóstolo”, referência nacional em matéria de publicação católica, que é mencionado diversas vezes em “A Cruz”: “o púlpito por si só será insuficiente; ao passo que o púlpito é fixo e só buscado por quem se inclina para a religião, a imprensa corre atrás, vai buscar até os indiferentes onde quer que estejam, em casa, na rua, no campo e por toda a parte” (O apóstolo, 1890, n.6, p.2).

Diferente de um romance ou uma obra de ficção, o jornal produz um discurso sobre a realidade (Barros, 2023), e é nessa afirmação de autoridade sobre os fatos, na capacidade de narrar, interpretar e julgar os acontecimentos à luz de uma visão de mundo católica que reside a base de sua credibilidade e força persuasiva perante os fiéis e a sociedade em geral. Assim, a imprensa católica revela uma postura ao mesmo tempo tradicional e moderna: para defender seus valores, utilizou uma ferramenta nova, o jornal, e nele inseriu um projeto conservador e ortodoxo. O jornal tornou-se, assim, não apenas um meio de comunicação, mas também um espaço de ação pastoral, de formação de opinião e de disputa pela definição do que deveria ser o Brasil republicano.

## Referências

A CRUZ: *Revista Catholica*, Goyaz, 1890-1891.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2023.



BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília: Inep, 2003.

BERGER, Peter L. *Os múltiplos altares da modernidade: Rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Editora Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.

CAIXETA, Vera Lucia. *Paisagens sensíveis: ser missionário na Diocese de Goiás nas cartas de um frade “dominicano”, na transição do século XIX para o XX*. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. 2017.

GALLAIS, P. Estevão Maria. *O apóstolo do Araguaia: Frei Gil Vila Nova, missionário dominicano*. Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

NEVES, Flávio Rodrigues. *Vozes Da Reação: Atuação Católica E Laicização Do Estado Brasileiro (1890 1891)*. 2014.

O APÓSTOLO - *Periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade*. Rio de Janeiro: 1866 a 1892.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo-Reforma*. *Temporalidades*, 2.2: p. 24-33, 2010.

SILVA, Ana Rosa Clochet da ; CARVALHO, T. R. . A Cruzada ultramontana contra os erros da modernidade. *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES* , v. 35, p. 9-42, 2019.

SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 123-146, 2003.

SILVEIRA, Diego Omar. *A peleja pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a Romanização dos costumes e a identidade Católica no Brasil*. Encontro Nacional de História da Mídia. Ouro Preto. 2013,

## Documentos Públicos



Portal da Câmara dos Deputados – Coleção de Leis da república

DECRETO DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA, nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890.

DECRETO DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA, nº 181, de 24 de janeiro de 1890.